



FHE **POUPEX**

**A FERRO E A FOGO - A SAGA DAS GUERRAS E REVOLUÇÕES
NO RIO GRANDE DO SUL - NA RBS TV**
Comentário por Cel Claudio Moreira Bento jornalista e historiador militar



Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Historiador Militar e Jornalista. Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemérito do Instituto de História e Geografia Militar e História Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e integrou a Comissão de História do Exército do Estado- Maior do Exército 1971/1974. Presidente emérito fundador das academias Resendense e Itatiaense de História e sócio dos Institutos Históricos do Rio Grande do Sul São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraíba, Petropolis, São Leopoldo e Sorocaba. Foi o 3º vice presidente do IEV no seu 13º Encontro do IEV em Resende e Itatiaia que coordenou o Simpósio sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, cujas comunicações reuniu em volumes dos quais existe exemplar no acervo da FAHIMTB doado a Academia Militar das Agulhas Negras. É Acadêmico e Presidente Emérito fundador das Academias Resende e Itatiaense de História, sendo que da última é Presidente emérito vitalício e também Presidente de Honra. No Centenário do Clube Militar em 1987, foi seu Diretor Cultural e de sua Revista, quando dirigia a Arquivo Histórico do Exército. Foi instrutor de História Militar na AMAN 1978-1980. Iniciou suas atividades como historiador e jornalista no Diário Popular de Pelotas em 1970, no qual publicou cerca de 130 artigos e grande parte na Coluna Querência da Sociedade Gaúcha João Simões Lopes Neto. É autor do livro 2002-175 ANOS DA BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO. Porto Alegre: AHIMTB-GÊNESIS, 2002, uma análise militar crítica desta batalha, à luz dos fatores da

Decisão Militar- Missão, Terreno, Inimigo e Meios .Livro disponível,para baixar em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.or.br

Digitalização de artigo do autor para disponibilizá-lo em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br e cópia impressa para ser integrada no Programa Pérgamo de bibliotecas do Exército

A FERRO E A FOGO - A SAGA DAS GUERRAS E REVOLUÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL - NA RBS TV

**Cel Claudio Moreira Bento jornalista e historiador militar
Presidente da FAHIMTB ,IHTRGS e ACANDHIS**

Este artigo destina-se a nossa análise da série A FERRO E FOGO, produzida pela RBS TV em 2003.

***"Tempos de guerra, tempos de paz. Por quase 200 anos, homens e mulheres do Rio Grande do Sul defenderam a fronteira Sul do Brasil. Muitas vezes o sangue manchou a terra defendida com heroísmo. Mesmo as derrotas contribuíram para solidificar a identidade de quem sabe da importância de defender os pampas gaúchos, uma terra sagrada para quem tem os olhos cravados no futuro e o passado forjado a ferro e fogo".
(R B S T V, ao final da série "A Ferro e Fogo").***

INTRODUÇÃO

Foi com este espírito que, dentro do projeto História do Exército na Região Sul, produzimos a **História da 3ª Região Militar, 1808-2000** em 3 volumes. Abordagem ampliada com a **História do Comando Militar do Sul**, da **8ª Brigada de Infantaria Motorizada** (Pelotas), da **6ª Divisão de Exército**, da **3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada** (Bagé), da **6ª Brigada de Infantaria Blindada** (Santa Maria) e da **Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército** (AD/6), e de pesquisas em curso, outras publicadas, que mencionaremos, sempre que oportuno, nas quais procuramos resgatar a História Militar do Rio Grande do Sul, à luz de fundamentos da Arte e da Ciência Militar.

Espírito também manifesto pelo deputado Rui Ramos, ao prefaciar **Galpão de estância**, do consagrado e inspirado poeta gaúcho Jayme Caetano Braun, e que assim transcrevemos, na Introdução do 1º volume da **História da 3ª Região Militar, 1808-1889 e**

Antecedentes:

O Culto das tradições gaúchas representa no Rio Grande do Sul um impulso espontâneo e irresistível da alma da raça...Falar das lutas e das dores para definir e fixar os limites do Brasil no Sul e manter a posse da terra, e a dominar, é tocar na corda sensível das gerações gaúchas”.

O mesmo espírito foi o qual manifestou, decepcionado em seu tempo, à inexistência de monumentos comemorativos de heróis e eventos gaúchos notáveis, o maior escritor regionalista, J. Simões Lopes Neto, com estas palavras, com as quais damos início a reuniões do Instituto de História e Tradições do RGS, que fundamos em Pelotas em 1º Set 1986, nos 150 anos do combate do Seival. Pensamento que reproduzimos no **O Gaúcho** nº 20/2003, sob o título **A Educação Cívica e o Espírito Militar na visão do capitão da Guarda Nacional João Simões Lopes Neto**, no qual demonstramos o seu pioneirismo na defesa da Educação Cívica no Brasil.

“Rio Grande do Sul, onde a cada passo, em teu solo se acorda um eco, onde cada barranca de teus rios conhece uma história, onde cada coxilha tua testemunhou um feito histórico e onde os muros de cada cidade tua abrigam um acontecimento importante”.

História Militar do Rio Grande do Sul que temos divulgado em grande parte nos seguinte site: www.ahimtb.org.br

História Militar que abordamos no livro **História Militar do Brasil**, em 2 volumes (texto e mapas), usado como livro-texto de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras, desde 1978, e onde fui instrutor da matéria em 1978/80, local onde desde 1996 dirigimos, em dependências por ela cedidas, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Conhecimentos que somados aos divulgados pela épica série, em 13 capítulos, **A Ferro e Fogo - A Saga das Guerras e revoluções do Rio Grande do Sul**, de abordagem predominantemente civil e muito bem feitas por historiadores e professores de História e outros intelectuais, e com o concurso da equipe da RBS, ampliaram nossos conhecimentos sobre o tema a que nos dedicamos de longa data.

Conhecimentos sobre História do Rio Grande do Sul, incluindo a sua História Militar, que sintetizamos na publicação prefaciada pelo geopolítico General Carlos de Meira Matos, acadêmico emérito da

AHIMTB:

Inspirações geopolíticas das ações de Portugal e do Brasil no Prata e suas projeções no Rio Grande do Sul, 1680-1900. (AHIMTB, 2002).

A citada série **A Ferro e Fogo** nos surpreendeu, pelo gigantismo da operação, que envolveu mais de 450 pessoas e revelou para o Rio Grande do Sul a existência de uma plêiade competente de historiadores e intérpretes gaúchos, empenhados com seriedade em pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a História, as Tradições e os valores morais, culturais e históricos do estado, e agora sem silêncios e deformações, como vinha sendo costume.

Faltou a abordagem das guerras que definiram, "**a ferro e fogo**", o destino brasileiro do Rio Grande do Sul: A Guerra Guaraniítica, 1752-54; As Guerras do Sul, 1763-1774, marcadas por duas invasões e pela dominação espanhola do Rio Grande do Sul, e onde, historicamente, teve início a **Guerra à gaúcha**, com esta diretriz baixada pelo Junta Militar do Governo no Rio de Janeiro, pela falta de condições de realizar uma guerra convencional:

"A Guerra contra o invasor espanhol será feita com pequenas patrulhas localizadas em matas e nos passos dos rios. Destes locais elas sairão ao encontro dos invasores para os surpreender, causar-lhes baixas, arruinar-lhes gados, cavalhadas e suprimentos e ainda trazer-lhes em constante e continua inquietação".

Tipo de guerra original, que ensaiamos em "**Guerra à gaúcha**" em publicação **Regionalismo Sul-Rio-Grandense**, editada pelo Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL) em 1996 e organizada pela historiadora Hilda A. Hübner Flores.

Faltou **A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul, 1774-1776**, marcada pela expulsão definitiva dos espanhóis do Rio Grande do Sul, com as conquistas do Forte de São Martinho (próximo de Santa Maria atual), da Fortaleza de Santa Tecla (próximo de Bagé atual) e da Vila de Rio Grande, ocupada por 13 anos. Guerra esta que abordamos com detalhes, com apoio em relatório do comandante português desta operação Tenente-General Henrique Böhn e na sua correspondência com o Vice-Rei do Brasil, na citada obra **A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

Concluo, com apoio na Teoria de História do Exército Brasileiro, a qual abordamos em nosso manual editado pelo Estado-Maior do Exército **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**. Brasília: EGGCF/AHIMTB, 2000, 2 ed., que faltou, ainda, na magnífica série **A Ferro e Fogo**, o seguinte:

A abordagem da guerra de 1801 (em que foram conquistados pelas armas os Sete Povos das Missões, o território do atual município de Santa Vitória do Palmar e os municípios entre os rios Piratini e Jaguarão, territórios não reclamados por haver a Espanha conquistado a cidade portuguesa de Olivença e não a devolvido).

A seguir, houve uma verdadeira guerra, que passou à História como Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental, 1811-12 (em que teve início a conquista do antigo território espanhol de Entre Rios (rios Uruguai, Ibicuí, Santa Maria e Quaraí) e, logo a seguir, as Guerras contra Artigas em 1816 e 1820, as quais, em linhas gerais, definiram e consolidaram, **A Ferro e Fogo**, os contornos do Rio Grande do Sul e possibilitaram a incorporação artificial do atual Uruguai a Portugal, o qual foi herdado pelo Brasil de 1821/1827, por cerca de 6 anos, como Província Cisplatina.

E foi a partir deste ponto que teve início a série **A Ferro e Fogo**, da RBS.

Não imaginava o Rio Grande já capaz de uma obra tão séria e útil para educar as novas gerações gaúchas, no sentido de reconhecerem o passado do Rio Grande, para entenderem o seu presente e planejarem o seu futuro. Foi uma revolução cultural na divulgação da História do Rio Grande do Sul, quando existe, tramitando na Assembleia do Rio Grande do Sul, projeto visando tornar o ensino de História do Rio Grande do Sul obrigatório em suas escolas.

Foi um prazer ouvir a bela trilha sonora deste grande feito cultural de autoria do grande maestro Geraldo Flach, que resgatou canções militares do tempo da Guerra do Paraguai, com apoio em partituras que lhe fornecemos, como as canções **Oh! Virgem da Conceição**, a padroeira do Exército Imperial, e **A Vivandeira**, que figuram em nossa pesquisa **Amor Febril- A memória da canção militar brasileira**, editada pelo GBOEx em 1990, com um disco contendo as canções militares históricas e também as atuais.

UMA SURPRESA AGRADÁVEL

Depois da notável mini-série **A casa das sete mulheres**, que mostrou ao Rio Grande e ao Brasil, num misto de muita Fantasia, mas pouca História, mas esta, a história, essencial para mostrar ao Brasil a espinha dorsal da Revolução Farroupilha. Espetáculo belíssimo mas que, lamentavelmente, fez um linchamento moral dos generais Bento Manoel Ribeiro e Davi Canabarro, dois grandes heróis brasileiros e gaúchos.

Outras iniciativas surgem e aos poucos constatamos que a Mídia Gaúcha vai abordando e levando ao conhecimento das atuais gerações as lutas internas e externas ocorridas no Brasil e que tiveram por cenário o Rio Grande. Eventos que de uns tempos para cá eram objetos de silêncios, ou quando abordados completamente deformados, por escritores que assim faziam marketing pessoal ou abordagens políticas de natureza ideológica, sem direito a contraditório num projeto onde se procura a verdade.

É o que vem acontecendo positivamente a nível nacional com a obra **Maldita Guerra**, do historiador Francisco Doratioto, que desqualifica e desacredita a grande farsa da História da Guerra do Paraguai intitulada **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai**, de Júlio José Chiavenatto, o qual, em mais de 25 edições, teve grande influência negativa no Magistério e alunos do Ensino Médio no Brasil e sem possibilidade, até então, de nenhum contraditório.

Elogiável neste tempo foi o esforço da Editora Martins Livreiro, em Porto Alegre, em manter acesa e viva a chama da memória histórica do Rio Grande do Sul, insistindo em publicar e reeditar obras sobre a História do Rio Grande do Sul, tarefa que no passado a Livraria Globo o fazia com destaque e terminou por desistir, acreditamos.

Agora, revendo em vídeo a série **A Ferro e fogo**, levada ao ar pela RBS/TV, constatamos que ela fez uma série monumental para a educação das atuais e futuras gerações gaúchas, em que pese raras abordagens, que não tem apoio na verdade, do ponto de vista do historiador militar, que possui como elementos de crítica histórica, fundamentos da Arte e da Ciência Militar, não dominados por historiadores civis, de igual forma que o historiador militar não domina os fundamentos de crítica do jurista, do jornalista, do médico, do

engenheiro e assim por diante.

1. GUERRA DA CISPLATINA (1825-1828)

A série sobre a Guerra Cisplatina satisfaz plenamente no conjunto, e em particular, as intervenções cuidadosas, fruto de segura interpretação histórica dos historiadores Tao Golin, Ana Frega, Moacyr Flores, Earle Macarthy Moreira e do Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, nosso Delegado no Rio Grande do Sul, 3º Vice-Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e vice-presidente do Instituto de História e Tradições do RGS.

Foi uma grande produção, da qual discordamos, em relação aos julgamentos, como historiador militar, da classificação de incompetentes dada aos generais Alvear e Marquês de Barbacena. E a nossa defesa, em contrário dessa tese, abordamos em nosso livro **2002 - Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário**, Porto Alegre: MetrÓpole, 2003, obra para suas análises, e que procuraremos fazer chegar aos distintos historiadores citados. Livro que aborda, com apoio em fundamentos da Arte e da Ciência Militar, a situação dos dois exércitos antes e durante a maior batalha campal travada no Brasil.

Batalha esta cujos mais importantes resgates foram feitos pelos hoje patronos de cadeiras na AHIMTB, General Augusto Tasso Fragoso, em **A Batalha do Passo do Rosário** (Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1961, 2ª ed. A 1ª ed. é de 1922) e do gaúcho de Montenegro Ten Cel Henrique Oscar Wiedersphan, **A Campanha de Ituzaingô** (Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1961).

2. REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845)

Na parte referente à Revolução Farroupilha, registro as razões procedentes da Sra. Iara Tavares Botelho que, caso a República Rio Grandense vencesse se tornaria uma república hostil. Colocação respondida pela argumentação do historiador Darcy Cheuiche, de que, ao tornar-se República, num momento desesperador para a causa, a única maneira de preservar os ideais revolucionários que os levaram à luta foi o recurso usado para não perecer: adotar a república, a conselho de dois farrapos fluminenses e oficiais do Exército, com curso na Escola Militar do Largo do São Francisco, no Rio, os majores João Manoel de Lima e Silva e José Mariano de Mattos. O primeiro, tio de

Caxias e o segundo, mais tarde, o seu chefe de Estado-Maior na Guerra contra Oribe e Rosas, 1851-52. A idéia da República atrairia sobre ela a proteção e simpatia de repúblicas mundiais.

Sobre as causas da Revolução Farroupilha registre-se a revolta de integrantes do Exército, pela ação contra o seu progresso, seguida de seu sutil desmantelamento por lideranças liberais, que empolgaram o poder depois de 7 de abril de 1831.

Conforme demonstramos em nosso estudo **O Exército Farrapo e os seus chefes**, Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992 2 v., foi a guarnição do Exército do Rio Grande do Sul, a maior do Brasil, que fez a revolução em 20 Set 1835, apoiado por estancieiros e charqueadores.

Os dois últimos, revoltados com o aumento do imposto sobre o charque, que o Sudeste adquiria no Uruguai e Argentina, inimigos de ontem. E os militares, pelo desmantelamento da estrutura militar do Exército e da Marinha, pelo que o Brasil quase se despedaçou, na Regência, com lutas fratricidas, que ameaçaram transformar o Brasil numa colcha de republiquetas hostis entre si. Foi salvo pela atuação do Duque de Caxias, cujo bicentenário transcorre este ano, e sobre o qual produzimos **Caxias e a Unidade Nacional**, Porto Alegre: MetrÓpole, 2003 e o acadêmico Osório Santana Figueiredo produziu o livro **Caxias, o predestinado da Pátria**.

Outro fato pouco explorado na História da República Rio-Grandense foi a de que a 1ª Brigada do Exército Liberal, do então Capitão da Guarda Nacional Antônio Neto, em Seival, em 10 de setembro de 1836, fora resultado da transformação, em Brigada, do Corpo da Guarda Nacional de Piratini, então integrado por 2 esquadrões a 2 companhias cada, recrutados nos distritos de Piratini, Canguçu, Cerrito e Bagé, hoje municípios que então pertenciam ao enorme município de Piratini, criado em 1831. Foram eles que apoiaram a Proclamação da República Rio Grandense, onde possui suas mais fortes raízes a República do Brasil, já com 114 anos de existência, contra os 67 anos que durou o Império do Brasil. E foi esta tropa, reforçada pelo Corpo de Lanceiros Negros farrapos, recrutados especialmente nas charqueadas de Pelotas, que ali obtiveram memorável vitória que, acreditamos, tenhamos, pela primeira vez, a analisado militarmente, à luz de fundamentos de Arte Militar, no citado **O Exército Farroupilha e seus chefes, v.2**, no qual incorporamos, interpretadas, informações

inéditas, divulgadas na preciosa coleção **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Obra na qual revelamos outros heróis militares farrapos, que até então permaneciam nas sombras.

Notável, na série em foco, foi que um descendente do General Netto mostrou que os generais Antônio Neto e o Coronel Silva Tavares, que se enfrentaram em Seival, estão sepultados em Bagé, próximos um do outro e ambos merecendo a reverência e o respeito dos descendentes. E, junto ao Cel Silva Tavares, o Preto Caxias, o Santo de Bagé, um negro carioca e antigo soldado do Exército, Maximiano Domingos do Espírito Santo, grande admirador e amigo de Caxias, que estudamos na **História da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada**, em parceria com o acadêmico Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis.

Foi notável e segura a abordagem de todos os historiadores participantes da filmagem, prestando informações seguras e notáveis ao enorme público gaúcho. Informações acessíveis, aos que não assistiram a série, através da sua edição em duas fitas de vídeo da RBS. A nota triste esteve por conta de falsa interpretação, sem apoio em fontes históricas confiáveis, feita por um antropólogo, não historiador e professor da PUC, Dr. Iosvaldir Carvalho Bittencourt, que defendeu a absurda tese, já transitado em julgado na História, de que Canabarro, Antônio Neto e outros líderes farrapos presentes em Porongos, haviam concordado com Caxias ***"em serem atacados pelo Cel Chico Pedro para tornar possível a destruição dos combatentes farrapos negros"***.

E justificou com o absurdo e ingrato conceito, de que o acordo entre imperiais e farrapos ***"era para matar os negros farrapos, por não admitir Caxias que negros fossem alforriados"***.

Esqueceu o Dr. Iosvaldir o grande debate histórico sobre o tema que inocentou Canabarro e outros líderes farrapos e de que Caxias foi um pioneiro abolicionista, 43 anos antes da Lei Áurea, e que, por sua conta e risco, não cumpriu orientação superior escravista, que obrigava que os soldados negros farrapos fossem retirados do Rio Grande e levados para o Rio, como escravos do Estado, para a Fazenda de Santa Cruz. Foi então que usou o seguinte artifício: com apoio em instrução anterior, recebeu os negros farrapos como rendidos voluntariamente, com direito à liberdade, e incorporando-os à seguir no Exército, como

livres, nas três unidades de Cavalaria. E muitos combateram com Osório na batalha de Monte Caseros, em 2 de fevereiro de 1852, que assinalou a vitória de aliados argentinos e brasileiros contra Juan Manuel de Rosas, ditador argentino.

Sabe-se hoje que o falso ofício sobre Porongos foi forjado por Chico Pedro, com o auxílio de um major, seu subordinado, e distribuído depois de Porongos, como instrumento de Guerra Psicológica, para minar, entre os farrapos, a confiança na única resistência militar farrapa capaz de prolongar o final da guerra: Canabarro.

Foi um desserviço que o Dr. Iosvaldir prestou à cultura rio-grandense e à seus irmãos negros e descendentes gaúchos, o que afirmo com a autoridade de autor e 1º lugar em Concurso Nacional com o livro **O Negro e descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IEL,1975, prefaciado pelo ilustre homem negro e nosso amigo, Dr. Carlos Santos, que governou os gaúchos de igual forma que o fez, na Revolução Farroupilha, o Cel José Mariano de Matos, de descendência negra, e em data recente o ilustre, combativo e sério político Dr. Alceu Colares.

Os lanceiros negros foram organizados em 1836 e não em 1838. Não conheço os fundamentos de crítica de fontes da Antropologia e sim os da História que, creio, não foram aplicados pelo Dr. Iosvaldir, ao invadir seara alheia e promover desinformação, confusão, injustiça e calúnia, as quais, à semelhança de um saco de penas despejado ao vento jamais serão recolhidas. Creio que devia ter consultado e criticado todas as fontes que tratam do assunto. Não o fez e laborou em equívoco. Lamentável!

Partes importantes no contexto da Revolução Farroupilha, e não explorados, foram os três sítios farrapos de Porto Alegre, que se estenderam por 3 anos e meio, descontínuos, os quais abordamos, creio que pela primeira vez, em detalhes, em nosso livro editado sob a égide do Instituto de História e Tradições do RGS que presidimos: **Porto Alegre - memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias**. Brasília: EGGCF,1989 (Texto de palestra que pronunciamos no CPOR/PA em 18 Set 1987 e no IHGB em 20 Set 1987).

Administração de Caxias em Porto Alegre muito bem realçada, pela primeira vez, em painéis e cartazes no Museu do Comando Militar do Sul, no local do antigo Arsenal de Guerra de Porto Alegre, ao tempo

da Guerra do Paraguai e também atacado, junto como o velho QG da 3ª RM, por revolucionários em 3 de outubro de 1930. Com este sítio de Porto Alegre, por 3 anos e meio, os farrapos desfrutaram das seguintes vantagens estratégicas:

- Fixar ali importantes efetivos imperiais impedindo que ganhassem a campanha.

- Impedir o apoio imperial mútuo, por terra, entre Porto Alegre e Rio Grande.

- Impedir reforços imperiais a Porto Alegre, pelo litoral, enviados de Santa Catarina.

- Impedir a expansão de pontos fortes imperiais terrestres, com apoio naval, ao longo do rio Jacuí e seus afluentes, assegurando assim, a livre circulação e comunicações farrapas no interior do Rio Grande do Sul.

- Assegurar, nas posições de sítio, em torno de Porto Alegre, a articulação da região serrana (de Cima da Serra) e, por via de consequência, com Santa Catarina e São Paulo, por terra.

- Melhor realizar a espionagem dentro dos muros da sitiada Porto Alegre, através de republicanos farrapos infiltrados.

- Criar segurança, à distância, aos trabalhos do Governo Farrapo em Piratini, na serra dos Tapes.

3. A GUERRA CONTRA ROSAS (1851-1852)

Foi muito bem abordada pelo historiador Moacyr Flores, num amplo contexto histórico em que ela se desenvolveu, e complementada por boas interpretações dos jovens diletantes de História Newton Carneiro e Jarbas Giuliani Filho e desenvolvida por uma equipe de atores representando alunos e alunas do Colégio Militar de Porto Alegre. E também com a participação do pesquisador e maior pintor militar brasileiro de todos os tempos, membro acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, o Cel Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia.

Sobre a Batalha de Monte Caseros, ou dos Santos Lugares, de 2 de fevereiro de 1852, teve influência importante, no rompimento da posição rosista, os tiros dos 100 fuzis Dreise de agulha, utilizados contra a Artilharia rosista, por mercenários prussianos Brummer

(resingões), contratados pelo Brasil para esta guerra, conforme abordamos em nosso livro **Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS**. Porto Alegre: IEL, 1975.

Feito militar notável foi a travessia do rio Paraná, em Diamante, da margem esquerda para a direita, por forças aliadas argentinas, uruguaias e brasileiras. Merece destaque a travessia do rio a nado, pela Cavalaria de Entre Rios com a perda por afogamento de muitos cavalos e soldados.

Escreveu sobre esta campanha, o mais tarde Marechal Bernardino Borman, porto-alegrense e patrono de cadeira na AHIMTB, filho de um mercenário alemão a serviço do Brasil, que foi achado ferido e parcialmente queimado pelo incêndio do campo de batalha do Passo do Rosário.

Bernardino Bormann foi ajudante de ordens e um dos biógrafos de Caxias e fundador, faz mais de um século, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Caxias, o comandante do Exército Brasileiro nesta guerra, presidente do Rio Grande do Sul pela 2ª vez, seu senador e pacificador, nesta abordagem foi silenciado, mas felizmente não teve a sua imagem deformada e caluniada como o fez o Dr. Iosvaldir na abordagem da Revolução Farroupilha.

Boa foi a abordagem das Califórnicas de Chico Pedro, que acreditamos o tenhamos biografado pioneiramente no citado **Porto Alegre - Memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias**, com apoio em suas Memórias na **RIHGRGS**, 1921, nºs 1 e 2 e com dados de Raul Pont em **Campos Realengos**. (Porto Alegre: Renascença, 1983.2v).

4. A GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870)

Foi uma abordagem civil feita pelo historiador Teófilo Torronteguy e por Ilfo Rivero, do Paraguai, como uma interessante interpretação militar da Batalha de Riachuelo pelo Capitão de Mar- e-mGuerra Péricles Vieira Filho.

Vale lembrar que, na Esquadra Brasileira que lutou em Riachuelo, existia mais gente do Exército do que Marinha, inclusive o, mais tarde, General Tibúrcio, conforme escrevemos em artigo: Heróis do Exército e da Marinha na batalha de Riachuelo. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 Jun 1972.

Em interpretação feita com apoio em Arte Militar concluímos o seguinte: Na Batalha do Riachuelo foi eliminada a capacidade ofensiva estratégica do Marechal Solano Lopes. Em Tuiuti, a maior batalha campal sul-americana, foi eliminada a sua capacidade ofensiva tática. Com a conquista de Humaitá, e seu desmantelamento, foi conquistado o objetivo militar da Tríplice Aliança e eliminada a capacidade defensiva estratégica de Lopes. E com a sua derrota na Dezembrada foi assinalado o fim de sua capacidade defensiva tática, com a consequente conquista do objetivo político aliado da guerra, a conquista de Assunção, a capital do Paraguai.

No combate de Campo Grande ou Acosta Ñu, na Campanha da Cordilheira, onde os aliados enfrentaram crianças disfarçadas com barbas e com armas na mão, as tropas foram comandadas pelo General Victorino Carneiro Monteiro.

Não concordamos com a responsabilidade que se quer atribuir ao Conde D'Eu, Marechal Gastão de Orleans, por pretensas atrocidades cometidas na Campanha da Cordilheira. Creio que foi o chefe mais injustiçado e caluniado da História, o que concluí ao biografá-lo como patrono da Artilharia da 6ª Divisão de Exército na obra **Artilharia Divisionária Marechal Gastão de Orleans, AD/6**, Porto Alegre, 2003.

A ele se deve a melhor memória do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai, a qual abordou em sua **Viagem à Província do Rio Grande do Sul**, publicado na **RIHGB**, sendo que hoje existe livro sobre esta viagem.

Existe uma cultura nacional de se transferir responsabilidades sobre tragédias, repressões e crimes a personalidades que se afastaram do centro onde elas ocorreram. E foi o caso em Santa Catarina, em 93, com o Cel Moreira César e, no Paraná, com General Ewerton Quadros. Violências praticadas por lideranças civis locais que fugiram às responsabilidades, debitando-as nas contas de ausentes que não puderam ou não souberam se defender.

Na Guerra de Canudos, o Coronel Moreira César passou à tradição como "O cortador de cabeças", quando, em realidade, ele não cortou a cabeça de ninguém, mas teve cortada a sua e as de seus comandados, já mortos, e mais as dos recém-mortos, depois de degolados. Cabeças que foram colocadas na beira da estrada com os rostos voltados para o

interior, como um meio-fio de cabeças humanas.

Certas conjunturas políticas apontam negativamente certas figuras. E assim muitas permanecem na História, se o historiador não fizer a crítica das fontes em que baseou seus estudos. Jesus Cristo é o maior exemplo disto! E creio que o Conde D'Eu, os generais Davi Canabarro, Bento Manoel Ribeiro, Marquês de Barbacena, Ewerton Quadros e o Coronel Moreira César, são vítimas de conjunturas políticas adversas e que não mereceram um julgamento justo. Neste conjunto enquadro o Coronel Maneco Pedroso, que será abordado mais adiante.

5. OS MUCKERS - Sangue e Fé no Ferrabráz

Está excelente o trabalho, e traduz uma síntese de várias obras: a do padre Ambrósio Shup, a de Leopoldo Petry, a de Moacyr Domingues e a de Antônio Assis Brasil e ainda, a opinião do General Flávio Oscar Maurer, descendente dos Muckers. Esta, foi a que mais se aproximou da **Videiras de Cristal**, de Antônio Assis Brasil. Evento que abordamos no 1º volume da **História da 3ª RM**, p.271/276. Notáveis e serenas as abordagens dos historiadores Martim Dreher e Dóris Magalhães.

Sobre os descendentes dos Muckers (Santarrões, doidos, derivado de verbo alemão que significa o som emitido por uma colméia de abelhas, o que fazia lembrar, segundo o pastor Martim Dreher, os ruídos das rezas conjuntas de Jacobina Maurer com seus seguidores), existe no Exército mais um oficial-general descendente dos Muckers, além do citado General Maurer, o qual registrou que na resistência oferecida por eles havia a presença de muckers veteranos da Guerra do Paraguai, que findara há 4 anos. Trata-se do General de Exército Virgílio Ribeiro Muxfeldt, ex-comandante da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada (Pelotas), e depois da 3ª Região Militar. À 8ª Bda Inf Mtz está subordinado o 19º Batalhão de Infantaria Motorizado, de São Leopoldo. Sua ancestral mucker, ainda menina, foi salva do confronto final por alguém.

6. MARAGATOS E PICA-PAUS

Abordagem interessante a da Sra. Yara Botelho Vieira, descendente do General Joca Tavares e parenta do Cel José Tavares que, segundo consta, era irmão, genro e afilhado do General Joca Tavares. José, ou Zeca Tavares, que tinha com o capataz o degolador

Adão Latorre e sobre os quais se apontam as responsabilidades pela degola da Cavalaria Patriota em Rio Negro, ao comando do Cel Maneco Pedroso, de Piratini.

O prezado amigo, Dr. Fernando O'Donnel, registra que a morte de inimigos presos por degola era a maneira mais barata, por questão de logística militar, para não se ter, mais tarde, de desviar recursos para os alimentar e mantê-los prisioneiros.

Mas no massacre, por degola, da Cavalaria Patriota em Rio Negro, num efetivo de 300 homens, segundo a tradição republicana gaúcha, a serviço dos governos federal e estadual, não se enquadra no conceito emitido pelo ilustre historiador Dr. Fernando O'Donnel. Os federalistas prenderam também tropas do Exército e da Brigada Militar, as quais não degolaram, somente a tropa civil do Cel Maneco Pedroso, e que, segundo consta, se renderam sob garantia de vida, firmada em documento pelo comandante do 28º BC, do Exército. Unidade esta feita prisioneira, e obrigada a combater como federalista, com o nome de Ernesto Paiva. Mais tarde foi enviada a Canudos, com o moral muito baixo, sem ser engajada em combate, e dali foi enviada para São João d'El Rei onde, por transformações sucessivas, deu origem ao heróico 11º Batalhão de Infantaria de Montanha, que participou com destaque da Campanha da FEB. O 28º BC substituiu em São João d'El Rei o heróico 30º BC que, ao comando do Coronel Carlos Telles, resistiu ao sítio federalista de Bagé.

Abordamos este triste episódio do Massacre do Rio Negro em alentado artigo, com apoio em fontes primárias, no 2º volume da **História da 3ª RM** e no artigo "O massacre federalista de Rio Negro, em Bagé, em 28 Nov 1893". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** nº 154, nº 378, jan/mar1993, p. 55/88.

Gostaríamos que fosse provado que foram só 27 degolas, e não 300, como defende o Sr. Lauro José de Silva Tavares, quantia esta, para ele, uma lenda, como a da Lagoa da Música. E que fosse historicamente comprovado, com apoio em fontes confiáveis, que a degola em Rio Negro não foi ordenada pelo coronel federalista Zeca Tavares. E mais, que o coronel Maneco Pedroso e sua tropa barbarizaram a família do uruguaio Adão Latorre. História é verdade e justiça!

Comandou a operação militar em Bagé, contra o general Joca

Tavares, para depô-lo do governo paralelo do Rio Grande do Sul, que ele ali estabelecera, o General (civil) Luis Alves Pereira, que estava no comando da 4ª Brigada (civil), mobilizada em Pelotas. Esta Brigada teve, como seu Chefe de Estado-Maior, o polêmico Dr. Alfredo Varela, conforme demonstramos pela primeira vez, com apoio em fontes primárias, em nosso livro **História da 3ª RM**, v.2.

Enfim, é preciso um esclarecimento do episódio do Massacre do Rio Negro, envolto em lendas escapistas e justificativas que não convencem e não esclarecem. E outras, que apontam responsabilidades do Cel Zeca Tavares pelo massacre. O Jornal **Zero Hora** de 27 de novembro de 1993, publicou nosso artigo O sítio federalista de Rio Negro, um contraditório a versões anteriores divulgadas pelo jornal, referentes ao massacre do Rio Negro. A edição de **Zero Hora** de sábado, 27 de setembro 2003, no caderno Cultura, sob o título Memória Maldita, começa por mostrar a ponta do iceberg e o contraditório, sobre as reais responsabilidades pelo massacre, por degola, da Cavalaria Patriota, que continua envolto ao que parece em armações escapistas, que procuramos esclarecer, com apoio em fontes primárias, relacionadas no nosso livro, e artigos citados anteriormente. Espera-se que a Academia Piratiniense de História, que tem o Coronel Maneco Pedroso como patrono de uma de suas cadeiras, ajude a defender a sua memória, o que até agora não foi possível realizar.

Na citada edição de **Zero Hora**, o jornalista Fábio Shaffner nos entrevistou a respeito do Cel Maneco Pedroso. A nossa opinião foi colocada na página 5 deste modo:

"O Cel Bento defende a conduta do Cel Maneco Pedroso e diz que não foi encontrada nenhuma prova de que fosse ladrão e assassino, como se dizia na época, e assegurou que uma revisão histórica do passado redimiria Pedroso, e que ele não era bonzinho, e ninguém na época o era. Dentro da maldade generalizada na revolução, ele morreu defendendo os governos estadual e federal, degolado por mercenários platinos num ato ignóbil, após assinar sua rendição sob garantia de vida".

Enfim, é uma questão que desafia historiadores e jornalistas interessados na verdade, envolto por uma misteriosa e intrigante cobertura protetora que incluiu até a lenda da Lagoa da Música, como tendo sido degolados argentinos, e não em realidade brasileiros, em

seu país, por mercenários platinos a serviço do federalista, que ordenou o massacre, e não só pelo uruguaio Adão Latorre, em cuja conta colocaram a responsabilidade fantasiosa pela execução pessoal de 300 cavalarianos civis recrutados pelo governo. Até quando durará esta armação e aparecerá a verdade e a responsabilidade pessoal moral por este massacre nefando?

Curioso que as tradições gaúchas dos lenços brancos e vermelhos tem origem nesta guerra maldita, das degolas recíprocas. Tradição fratricida macabra, que católicos procuraram amenizar, colocando lenços brancos e vermelhos cruzados sobre uma cruz na missa crioula.

O poeta Jayme Caetano Braun amenizou os ódios daqueles tempos com uma linda poesia. Lenços vermelhos que muitos tradicionalistas carregam no pescoço com orgulho, desconhecendo o real significado político/trágico dele, e do lenço branco. Tradição que busca amparo numa revolução de bárbaros, ou maldita. Não está na hora de se pensar numa revisão. De minha parte uso como lenço a primeira bandeira farrapa, com as cores verde e amarelo do Brasil e a vermelha da República, que a Revolução Farroupilha contribuiu para ser implantada no Brasil há 114 anos. Convençam-me se laboro em equívoco. Pavilhão Farrapo inspirado nas gloriosas tradições farroupilhas de Firmeza e Doçura colocadas no brasão da bandeira da República Rio-Grandense, sob a forma de dois amores perfeitos simbolizando: **Firmeza** em combate, ao lutar com toda a garra e determinação, e **Doçura**, significando, após a vitória, respeito, como religião, à vida, à honra, à família e ao patrimônio do vencido inerme. Tradição restaurada em 1924 quando Honório Lemes rendeu-se a Flores da Cunha, ao este se recusar a receber suas armas e terminarem ambos com um abraço de consideração recíproca. Exemplo dado pelo Gen Neto que, impressionado em Triunfo, com a coragem inaudita de um adversário que morreu em combate, colocou em local de destaque o seu corpo inerme, e fez sua tropa desfilarem em tributo e honra à coragem do mesmo. Isto era, na prática, as virtudes gaúchas de Firmeza e Doçura, que foram degoladas pelos contendores de 93, fanatizados pela propaganda radical e com ofensas sem limites, divulgadas pelos jornalistas dos jornais **A Federação** e **A Reforma**, a se concluir do jornalista Elmar Gomes. Tese que merece ser aprofundada!

7. REVOLUÇÃO DE 1893

Abordaram esta trágica e cruel revolução, classificada didaticamente como Guerra Civil na Região Sul, 1893-95, e popularmente referida como a Revolução de 93, das Degolas, a Revolução Maldita e/ou Revolução de Bárbaros, a historiadora Suzane Biehl de Souza e os professores de História Mário Osório Magalhães, trineto do Gen Osório, Luciane de Abreu e Mário Maestri, consultor histórico da produção **A Ferro e Fogo**. Nesta abordagem é exposto o pensamento do jornalista norte americano Ambrose Pierce, do **Tribune** de Nova York.

Sobre os combates e armamentos, falaram Ricardo Gomes Henriques, o pesquisador Poitevim e a Tenente Andréa Reis Silveira, diretora do Museu do Comando Militar do Sul. Como singularidade, tem-se o registro de que o campo da indecisa batalha de Inhanduí permaneceu inalterado desde então, e onde pessoas locais tem recolhido vestígios da batalha ali travada.

Abordou o tema com muita propriedade o jornalista Elmar Bones, que referiu, e com ele concordamos, que a Revolução de 93 iniciou na imprensa republicana, no jornal **A Federação**, e na imprensa federalista no jornal **A Reforma**. Ambos fizeram a cabeça de lideranças das duas correntes, ao radicalizarem as questões sem limites éticos e provocando a carnificina, quando líderes civis se arvoraram em líderes militares, sem conhecimento das regras éticas da profissão militar e assim iniciando a Revolução Maldita, a Revolução de Bárbaros, conforme concluiu na Revista **A Defesa Nacional** nº1/1970, o notável historiador Tarcísio Taborda, ligado por laços de sangue à família Tavares.

"A insatisfação política reinante após a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891, levou os chefes municipais das duas facções em luta que se formaram (republicanos e federalistas) a reunir homens em armas. Formados estes exércitos particulares, começaram as tropelias, os abusos, que se espalharam por todo o território estadual."

No nosso citado **História da 3ª RM**, v.2, abordamos as consequências trágicas destas atitudes, de líderes municipais, para a

Família Gaúcha.

Foi lembrado que a Constituição gaúcha de 1891, de inspiração positivista, previa que o Presidente do Estado poderia ser reeleito quantas vezes fosse possível, desde que obtivesse nas reeleições o número mínimo previsto.

Neste contexto merecem atenção as informações, sobre a situação política gaúcha, que o jornalista e escritor norte americano, citado, Ambrose Pierce, passava aos seus leitores do **Tribune**, de Nova York.

8. O FIM DAS DEGOLAS

Episódio abordado pelos professores de História Luiz Roberto Borges e Heloísa Capovilla, e pelo jornalista Elmar Bones, que afirmou, como já referimos, que a Revolução de 93 começou na Imprensa republicana e na federalista, as quais incendiaram os espíritos com seu radicalismo e agressões verbais sem limites, com o que concordamos.

Mencionam que o termo "pica-pau" referia-se à semelhança da ave com o uniforme usado pelo Exército.

Emitem opiniões diversas sobre Gumersindo Saraiva, a maior figura militar da Guerra Civil de 1893/95, ao lado do Marechal Floriano Peixoto e do Gen Gomes Carneiro, o herói da resistência ao avanço federalista na Lapa.

O seu perfil de grande líder militar, chamado até de "Napoleão dos Pampas" pode ser concluído da leitura da obra **Voluntários do Martírio**, do médico baiano Dr. Ângelo Dourado, que o acompanhou na Grande Marcha, a qual chegou ao fim com a sua morte.

Do lado republicano abordamos na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, em 1993, o artigo A participação de São Paulo no combate à Guerra Civil 1893-95 e a Revolta na Armada 1893-1894, com apoio em fonte histórica pouco conhecida, publicada em Portugal. Ela detalha a contra ofensiva federal desfechada contra Gumersindo Saraiva, por um Corpo de Exército lançado a partir de Itararé-SP.

Em 1983, a convite do governo do Paraná, no contexto das comemorações do Centenário da Revolução Federalista, previstas na Constituição Estadual, pronunciamos palestra sob o título: **Os cercos de Bagé e da Lapa, duas resistências épicas da História Militar do Brasil**, publicadas no nº 707 da revista **A Defesa Nacional**, 1995.

Creio que foi a única das palestras que foi salva do incêndio da Assembleia Legislativa do Paraná, que iria publicá-las.

Não foi focalizada a importância da retomada da Baía de Guanabara pela Esquadra Legal e como ela influiu na decisão de Gumersindo Saraiva de interromper seu avanço, por falta de apoio naval, e retornar ao Rio Grande, depois de percorrer 2500 Km.

Na época, espalhou-se entre seus lanceiros que a Esquadra Legal, impropriamente chamada de Esquadra de Papelão, possuía um canhão cujos tiros podiam atingir a lua e entre os soldados republicanos que organizaram a defesa em Itararé, o grande temor de serem vítimas da degola por lanceiros federalistas.

Consagrou-se o termo Revolta **da** Armada, mas que, em realidade, foi Revolta **na** Armada, pois só 1/5 da Armada se revoltou, segundo o maior historiador naval, Almirante Hélio Leôncio Martins, patrono em vida de cadeira na Academia de História Terrestre do Brasil. O Alm Leôncio foi o maior historiador do Corpo de Fuzileiros Navais e o primeiro a comandar o Navio- Aeródromo Minas Gerais, conhecido como Porta-Aviões.

Na já citada poderosa Esquadra Legal, chamada de "Esquadra de Papelão", como federalistas, combateram militares da Armada, reforçados por alunos de nossas escolas militares e especialistas estrangeiros. Esquadra Legal que resgatamos em artigo **O Centenário da Revolta na Armada** na revista **A Defesa Nacional**, nº 762,1993, p.25/58.

9. CHIMANGOS E MARAGATOS - A Revolução de 1923 no Rio G. do Sul

Excelente abordagem, apoiada em filme sobre a Revolução de 23 filmado em Cachoeira do Sul por Benjamim Camosato.

Na exposição, está o Dr. Paulo Brossard, focalizando aspectos jurídicos da questão e da manipulação da reeleição do Dr. Borges de Medeiros, por uma comissão integrada por Getúlio Vargas, Ariosto Pinto e Vasconcelos Pinto. Assunto complementado pela historiadora Helga L. Piccolo.

Abordaram os produtores que a causa desta Revolução, liderada de fora do Rio Grande pelo Dr. Assis Brasil, foi o resultado da eleição decorrente da Constituição de 91, elaborada sob a forte influência de

Júlio de Castilhos e de forte sentido positivista, que defendia uma forma de governo autoritária e reeleição, sempre que o candidato a obtivesse 3/4 dos votos.

São abordadas didaticamente as áreas de ação de forças revolucionárias e dos chefes governistas correspondentes nas mesmas.

Desfilam, interessantes, bem interpretados e instrutivas descrições dos historiadores Antônio Augusto Fagundes, Moacyr Flores e Sérgio da Costa Franco. Este, autor de excelente estudo sobre a Paz de Pedras Altas, onde exaltou o bom desempenho do Ministro da Guerra Fernando Setembrino de Carvalho, filho de Uruguaiana, que fora constituinte gaúcho em 1891, pacificador do Ceará e do Contestado e, por fim, do Rio Grande do Sul. Portanto, o pacificador do Século XX, como o Duque de Caxias o foi do Século XIX, este em ação que culminou com a Paz em D. Pedrito atual, em 01Mar1845. Rio Grande, portanto, cenário das pacificações: Dom Pedrito em 1845, Pelotas em 1895 e Pedras Altas em 1923.

O feito mais notável desta revolução foi a tomada de Pelotas, em 29 de outubro, por cerca de 6 horas, por força do Gen revolucionário José Antônio Mattos Netto (Zeca Netto), sobrinho do Gen Antônio Netto. A cidade foi tomada depois de Zeca Netto ser batido, em 14 de agosto, no mais violento combate desta revolução, o de Canguçu Velho, junto as ruínas da antiga Real Feitoria do Linho cânhamo do Rincão do Canguçu, 1783-89. Tomada e combate que abordamos com detalhes na **Revista do CIPEL, 2003** sob o título **Os 80 anos da tomada de Porto Alegre pelo General Zeca Netto**.

10. A REVOLTA DOS QUARTÉIS A Revolução de 1922

Abordaram o tema os historiadores Renê Gertz, Eloísa Capovilla, Flávio Herz e Cláudia Wasserman, que caracterizam a Década de 20 como a do Tenentismo, compreendido pelos episódios dos 18 do Forte de Copacabana, Revolução de 24, Coluna Miguel Costa/Prestes e Revolução de 30.

A Revolução de 1822 decorreu de revolta da classe militar pelo fechamento do Clube Militar e prisão de seu presidente, General Hermes da Fonseca, gaúcho de São Gabriel, líder da classe militar, ex-ministro do Exército e ex-presidente do Brasil, modernizador do

Exército e Marinha e, em prisão no Regimento da Praia Vermelha, local incompatível com a sua patente, no PC (Posto de Comando) de um coronel. Concorreram para a exaltação dos ânimos as **Cartas Falsas**, que colocaram palavras na boca de Arthur Bernardes, por ele não pronunciadas, manifestando desconsiderações com oficiais generais. O próprio General Hermes havia, em 1912, conduzido sem sucesso uma campanha contra as oligarquias estaduais.

Este sentimento estava presente na jovem oficialidade egressa da Escola Militar nos anos 1919/21, sob a égide da Missão Indígena da Escola Militar e que então passaram a lutar contra as oligarquias, que venceriam expressivamente a Revolução de 1930.

A Revolução de 1924

Militares gaúchos se revoltaram sob a liderança do Capitão Luiz Carlos Prestes e se juntaram, fora do Rio Grande, no Paraná, com coluna bem maior vinda de São Paulo, passando a formar a **Coluna Miguel Costa/Prestes**, fato reconhecido publicamente por Prestes em São Paulo, frente a Miguel Costa. Mas a denominação Coluna Prestes é falsa e inspirada por manipulação ideológica.

Existe livro do Coronel Gay Cardoso Galvão colocando historicamente esta questão no seu devido lugar na História.

A marcha da Coluna Miguel Costa/ Prestes durou 171 dias e creio que se inspirou na Guerra à gaúcha, liderada pelo General Zeca Netto nas serras do Tapes e Herval, visando se manter em campo sem travar combate decisivo, e conseguir uma intervenção federal no Estado.

José Antônio Netto (Zeca Netto) era sobrinho do general Antônio Netto, de quem herdou o nome Antônio. Procurava imitar o heróico tio, que morreu no Paraguai quando o sobrinho tinha 15 anos.

A Revolução de 30

Muito bem explicada e exposta a nível estratégico. A batalha que decidiu a sua sorte e vitória foi travada no vitorioso ataque do Quartel General da 3ª Região Militar, em 3 de outubro de 1930, liderado por Osvaldo Aranha e Flores da Cunha. Fosse mal sucedido, talvez a revolução de 30 não tivesse o sucesso que teve.

Este episódio foi por nós abordado na **História da 3ª RM** v.2 e falta muito ainda a ser dito sobre ele. Foram tempos de união dos

gaúchos.

A Revolução de 32

A Revolução de 1932, de São Paulo, teve por ideia força a constitucionalização do Brasil por Getúlio Vargas e foi por este vencida. No Rio Grande ela contou com o apoio do Dr. Borges de Medeiros e de Batista Luzardo, que pegaram em armas e foram batidos em Piratini, em 20 de setembro de 1932, no Combate do Cerro Alegre. Ali Borges foi preso e mandado para fora do Estado, encerrando o processo revolucionário gaúcho, exatamente 97 anos depois de iniciado com a conquista farrapa de Porto Alegre.

Segundo os acadêmicos Osório Santana Figueiredo e José Luiz Silveira da AHIMTB, membros do Instituto de História e Tradições do RGS no livro: **Combate do Cerro Alegre-o último de um ciclo guerreiro**. Santa Maria: Pallotti, 1988. Homenagem ao Encontro do IHTRGS em Canguçu.

11. NÃO PERMITA DEUS QUE EU MORRA

Excelente exposição feita pelos veteranos da FEB, José Conrado de Souza, acadêmico emérito em nossa Academia de História Militar Terrestre do Brasil e de seus companheiros veteranos: Tadeu Gersk, Cícero Castilho Branco, Rubem Barbosa, Adão Viera Aguiar que nos emocionaram e se emocionaram cantando a Canção da FEB. Nela combateram 1880 gaúchos e pereceram na Itália 21, o que mereceu de um deles, ao serem destacados por seus heroísmos, dizer:

"Heroísmo foi o dos que ficaram lá"!

Sobre a indefinição de Getúlio Vargas sobre o lado pelo qual combateria o Brasil, hoje se conclui que foi uma exemplar manobra pendular, à procura de quem mais vantagens proporcionasse ao Brasil. E, sem dúvida, os Aliados ofereceram maiores vantagens, o que explicamos em nosso livro: **A participação das Forças Armadas e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial**, prestes a ser relançado em Porto Alegre, como o prefácio do Acadêmico Emérito Veterano da FEB, José Conrado de Souza, Presidente da regional da ANVFEB/RS.

Destaco que, considerado o maior herói da FEB, é o Sargento Max Wolf. O primeiro comandante brasileiro a tomar contato com o inimigo nazista foi o cachoeirense Capitão Floriano Moeller, e que se destacou

na FEB o leopoldense Capitão Yedo Blauth, todos descendentes de alemães.

12. CICATRIZES DA GUERRA

Episódio que resgata parte das perseguições no Rio Grande do Sul a alemães e italianos e seus descendentes, em função da Guerra contra a Alemanha e Itália.

Abordam os episódio os historiadores leopoldenses Thelmo Lauro Muller e Germano Moelcke, grandes preservadores de memória histórica de São Leopoldo no Instituto Histórico de São Leopoldo e no Museu Histórico da mesma cidade.

Comentários enriquecidos pelo pastor luterano Martim Dreher e pelos historiadores Núncia Santoro de Constantino e Voltaire Schilling, que divulgam o rigor dos treinamentos de **black out** (deixar tudo às escuras), realizados em Antônio Prado, com toda a pompa e circunstância, para prevenir um bombardeio aéreo alemão da cidade, incluindo um abrigo antiaéreo onde, nos exercícios, se recolhiam as autoridades locais.

Eram episódios pouco conhecidos das atuais gerações. Lembro, quando menino, havia assistido em Canguçu estas violências, decorrentes de acusações de espiões nazistas, ou integrantes da 5ª Coluna nazista, sendo preso e humilhado publicamente, em consequência, o Sr Bruno Blas, construtor e dono de um moinho. Ele foi transportado numa carroça puxada por um cavalo e obrigado a desfilarem pela cidade apupado por populares, e seus jornais em alemão rasgados e espalhados pelas sarjetas. Vi uma série de rádios receptores de propriedade do alemão Waissan serem recolhidos à cadeia local e os populares acreditando tratar-se de rádios transmissores a serviço da espionagem. Isto me faz lembrar a cruel perseguição a japoneses e descendentes moradores nos EUA.

É uma lição para as atuais futuras gerações gaúchas das surpresas que a História nos reserva e da validade da afirmação "**de quem não conhece a História , corre o serio risco de a repetir**". E a História gaúcha tem destas surpresas, como os bárbaros massacres por degola do Rio Negro e do Boi Preto, já abordados, e outras violências inumeráveis.

13. TANQUES NAS RUAS

Focaliza no Rio Grande do Sul as agitações ocorridas entre 1961 e 1985, caracterizadas inicialmente pela Crise de Legalidade em agosto de 1961, liderada pelo governador Leonel Brizola, que criou uma rede radiofônica da Legalidade, conseguindo impedir que seu cunhado o vice-presidente João Goulart, fosse impedido de assumir a Presidência da República, o que não aconteceu, mas assumiu com a limitação de exercê-la em regime parlamentar.

Aparecem depoimentos do Cel Pedro Américo Leal, então comandante da 1ª Companhia de Guardas; do ex-governador José Augusto Amaral de Souza, de Raul Pont, filho do grande historiador de Uruguaiana de mesmo nome e autor de **Campos Realengos** e ainda Sirlei Cedoz e Moacyr Scliar. Ouviram-se, no debate, afirmações de que o projeto dos militares era desenvolvimentista e que depois dele não houve investimentos públicos.

Enfim, houve um contraditório democrático, orientador dos assistentes, entre os adeptos da Contra Revolução de 64, que procuravam defendê-la, e a Democracia no Brasil, e ex- presos políticos, que foram claros e honestos em admitir que recorreram à luta armada, não para defender a Democracia, mas inclusive, com cursos de guerrilha em Cuba, lutarem contra o governo Contra- Revolucionário, para implantar uma República Socialista no Brasil. E deste confronto surgiu uma guerra suja, inevitável nestes casos, com abusos e crimes de parte a parte, cobertos pelo manto da Anistia.

Foi elogiável e surpreendente o contraditório educado entre defensores da Contra- Revolução de 64 e dos que pegaram em armas para a derrotar, acreditando estarem defendendo a Democracia. E outros com vistas a implantar no Brasil uma Sociedade Socialista, mencionando os sofrimentos porque passaram, uma lição para as atuais e futuras gerações.

Creio que, quem parte sinceramente e de armas na mão para impor as ideias em que acredita, bem como os que lutaram para defender as suas verdades, merecem todo o respeito, cessada a luta. Ninguém arrisca a vida e a liberdade, os seus bens mais preciosos, se não possuir fé nas ideias que defende.

Em relação aos líderes militares farrapos, decorridos 158 anos da Paz de Ponche Verde e 114 do regime republicano, que ajudaram a

implantar no Brasil, eles ainda sofrem preconceitos no Sudeste, como separatistas, esquecendo-se que, ainda vivos, os generais Antônio Neto, Davi Canabarro, e José Antônio Silveira, defenderam a Integridade e a Soberania do Brasil nas guerras contra Oribe e Rosas e do Paraguai. E que os líderes mortos foram representados por seus descendentes, como foi o caso de Bento Gonçalves da Silva, representado por seu heroico filho, Cel da Guarda Nacional Caetano Gonçalves da Silva, cujo filho, Major Bento Gonçalves da Silva, teve heróico papel como comandante do Corpo de Transportes do Exército na defesa de Bagé, sitiada por federalistas em 1893. E Bento Manoel Ribeiro foi representado por seu genro, o General Vitorino Carneiro Monteiro, Barão de São Borja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revista A Ferro e Fogo. Porto Alegre: RBS, 2003, foi coordenada por Pedro Haase Filho, editada por Ticiano Osório, capa e projeto gráfico de Rodrigo Rosa, Fotos de Andriana Francioci, Duda Pinto, Fernando Gomes, e Ronaldo Bernardi. Revisão: Henrique Erni Gräwer. Produção executiva: Thais Malmann.

Fomos informados pelo historiador Dr. Veríssimo da Fonseca, de Passo Fundo, sócio do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, em seu notável e original trabalho **Síntese de um Povo**, que tramita na Assembleia Legislativa do Rio Grande o projeto 31/2002 do deputado Manoel Maria para oficializar o ensino de História nas escolas gaúchas.

Lamentou o citado intelectual que nossas obras sobre o Rio Grande, aqui referidas, entre várias outras, não são consideradas pelos gaúchos. E escreveu:

"A vasta obra erudita de Cláudio Moreira Bento, sobre a História do Rio Grande do Sul, em especial, deverá estar em todas as bibliotecas gaúchas, como fonte obrigatória de pesquisa e ensino. Incrível: Claudio Moreira Bento é o maior biógrafo dos heróis gaúchos mas não é ainda exigido nos concursos da Mais Prendada Prenda do MTG. As biografias dos nossos heróis por ele escritas estão à disposição no Arquivo Público de Passo Fundo e muitas outras no Jornal Tradição, ao tempo do grande tradicionalista Edson Otto, outra cabeça que

merece ser coroada e reconhecida pelo MTG. Pois não existe nenhuma instituição tão democrática quanto o MTG.

Agradecemos o reconhecimento do ilustre e culto confrade passo-fundense. Mas o Rio Grande do Sul, ***“resultado de uma civilização castrense”***, no dizer do mestre Dante de Laytano, cultivava um inconsciente preconceito contra autores militares gaúchos, desde o início da Guerra Fria, por se constituírem, as Forças Armadas, o braço armado do Povo Brasileiro, e para o Movimento Comunista Internacional, até a Queda do Muro de Berlim, a Grande Barreira a seu avanço pela força .

Desde 1680, até poucos anos atrás, ou por quase 300 anos, o esforço de defesa do Brasil se concentrou em sua Fronteira do Vai e Vem - O Rio Grande do Sul. E, neste contexto, historiadores militares gaúchos (civis e militares) por atavismo, creio, se dedicaram ao desenvolvimento da História Militar do Brasil.

Hoje são patronos de cadeiras ou de delegacias da AHIMTB os historiadores militares civis e militares falecidos: Marechais João Baptista Mascarenhas de Moraes e José Bernardino Bormann e os generais Antônio da Rocha Almeida, Emílio Fernandes de Souza Docca, João Borges Fortes, Francisco de Paula Cidade, Riograndino da Costa e Silva, Valentim Benício, Rinaldo Pereira da Câmara, Bertholdo Klinger, Morivalde Calvet Fagundes e coronéis Deoclécio De Paranhos Antunes, Ten Cel Henrique Oscar Wiedersphan e Arthur Ferreira Filho e, ainda, Tarcísio Tabora .

Nota muitos dos eventos aqui abordados estão disponíveis em Artigos, Informativo e Livros no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br

Ao visitarmos o Museu da Republica no Palácio do Catete, deparamos próximo ao local onde Getulio Vargas pos fim a sua vida ,um cartaz com este pensamento.

“O passado é uma imensa planície onde correm dois rios. Um de margens,e regime bem definidas e previsíveis . Este é o rio da **História**. Esta fruto da análise isenta de fontes primárias, fidedignas, autênticas e integras. O ou é um rio de regime e margens instáveis, sujeitas a perigosos alagamentos. Este é o rio do **Mito** ou da **Estória**, lamentavelmente predominante entre nós. E impositivo que o leitor ou o pesquisador saiba distinguir o que é HISTÓRIA E O QUE É MITO, OU ESTÓRIA.

